



Utilização de sistemas de indicadores de sustentabilidade para análise da participação dos municípios e dos Comitês de Bacia do Estado do Rio de Janeiro na gestão dos recursos hídricos

Thaís Nacif de Souza Riscado, Maria Inês Paes Ferreira, Daniela Bogado Bastos de

Oliveira

Nas últimas décadas, verificam-se avanços na formulação e na implementação de políticas focadas no contexto da proteção ambiental, alinhadas à promoção da saúde pública, da justiça social e da viabilidade econômica. Por isso, se faz necessário dispor de informações consistentes sobre os avanços no país, estados e municípios, rumo ao desenvolvimento sustentável. Os indicadores são uma das ferramentas disponíveis no planejamento e gestão de projetos que auxiliam no processo de tomada de decisão e monitoramento das decisões no caminho para o uso e gestão sustentável da água e recursos naturais. Os Comitês de Bacia são peça fundamental para a política participativa da gestão de águas e vivem o desafio de realizar a gestão com recursos financeiros limitados e, na maior parte dos casos, os desafios de gestão observados em suas regiões hidrográficas exigem ações ou investimentos que fogem à capacidade de aplicação de recursos gerados pela cobrança. Neste contexto, salienta-se o ICMS Ecológico, que surgiu da possibilidade expressa na Constituição Federal de 1988 ao permitir aos Estados definir, em Lei Estadual específica, critérios para o repasse de recursos do ICMS dos quais os municípios têm direito. E, em razão disto, alguns Estados adotaram o critério ambiental para a repartição do recurso, com o objetivo de compensar e estimular a conservação e o uso sustentável dos recursos ambientais. Objetiva-se com este trabalho utilizar a metodologia de “avaliação de prosperabilidade”, baseada num sistema de indicadores composto por 49 parâmetros elencados em função de 7 princípios da sustentabilidade, para avaliar o sistema de gestão de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro, por meio de um levantamento junto aos 9 Comitês de Bacia estaduais, usando dados levantados junto aos Comitês e dados fornecidos pelos municípios para obtenção dos recursos do ICMS Ecológico. Espera-se assim obter um diagnóstico das ações já realizadas por cada Comitê, verificar como cada município vem contribuindo para a conservação e gestão das águas em sua região hidrográfica e como os recursos do ICMS Ecológico podem complementar e potencializar os investimentos voltados a ações de conservação e recuperação dos recursos naturais, com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável em suas áreas de atuação.

Instituição do Programa de IC, IT ou PG: Instituto Federal Fluminense – Campus Centro

